



# Travessia

Junho/julho/2009  
Nº 64

IMPRESSO ESPECIAL  
CONTRATO  
Nº 7317828505  
ECT/DRIMG/CENTRO

## MTE regulariza registro sindical do ANDES-SN



Ciro Correia, presidente do ANDES-SN, ao centro, comemora

O ministro do Trabalho Carlos Lupi e o secretário de Relações do Trabalho Luiz Antônio de Medeiros Neto receberam a diretoria do ANDES-SN, professores sindicalizados, parlamentares e representantes da Conlutas para a solenidade de assinatura de restabelecimento do registro sindical do ANDES-SN, realizada em 24/6, em Brasília. O ato coroou a luta vitoriosa do Sindicato Nacional, pela reparação de uma arbitrariedade cometida em 2003 pelo MTE.

Págs. 6 e 7

## Seminário discutiu efeitos da crise sobre trabalho docente

Cumprindo o papel estimular a reflexão da comunidade universitária, promover o debate e a discussão dos temas importantes do cotidiano docente e da conjuntura, a APESJF promoveu, em conjunto com o Comitê Central Popular, de Juiz de Fora, em 23 e 24/06, o Ciclo de Debates "Crise Capitalista, Educação e Trabalho Docente.

O evento obteve boa participação de docentes e estudantes, pág. 3



Professores debatem a crise capitalista

**Confira prestação de contas do sindicato**, pág. 3

## Veja ainda

54º CONAD vai discutir a defesa dos direitos sociais em meio à crise capitalista, pág. 6

Apesjf participa de passeata em defesa das Casas de Parto, pág. 6

Sindicato vence ação contra Seguro Sulamérica, pág. 5

Artigos:  
Fim do diploma de jornalista, pág. 2

Por que defender o SUS? Pág. 8

## Editorial

Há mais de vinte anos, em novembro de 1988, por deliberação do seu IIº Congresso Extraordinário, a ANDES- Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior transformava-se em ANDES - Sindicato Nacional. Antes de mais nada, é preciso dizer que essa entidade, forjada na luta pela democracia, contra a ditadura militar, articulada e amalgamada com os movimentos populares, representou uma nova perspectiva de organização sindical para além dos interesses corporativos, das reivindicações salariais e de condições de trabalho: a nova organização sindical fincava raízes na realidade brasileira de luta pela retomada da democracia, cobrava uma nova estrutura de universidade, primordialmente pública, gratuita.

O ANDES-N foi registrado, em dezembro de 1988, sendo logo contestado pela CNTEEC Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura e por diversas federações de trabalhadores de estabelecimentos de ensino. Da mesma forma impetraram Mandado de Segurança junto ao STJ contra o ato da Ministra Dorothea werneck que assinou a Certidão de Registro de Entidade Sindical, em 1º de março de 1990.

Aparentemente, tratava-se de uma disputa de base sindical. A questão era mais complexa. As entidades acima citadas e que representaram contra a legalidade do ANDES-SN eram entidades organizadas nos moldes da estrutura sindical getulista, dependentes do sinistro imposto sindical e que é, ainda hoje, cobrado compulsoriamente de todos os trabalhadores.

Em 1991, o STJ indeferiu o pedido de Mandado de Segurança e reconheceu expressamente a legitimidade do ANDES-SN e que a sua criação configurava legítima dissociação da categoria dos docentes de ensino superior em relação ao grupo profissional mais amplo dos professores, o que acabou sendo confirmado pelo STF, transitando em julgado em agosto de 1995.

Nos anos que se seguiram, a luta passou a ser pela efetivação do registro sindical. Somente em julho de 2003 foi dada execução à decisão do STJ, transitada em julgado em 1995, com a publicação do Registro Sindical do ANDES-SN. Meses depois, ainda em 2003, o Registro foi suspenso de forma discricionária, sem qualquer explicação e sem direito a qualquer de defesa. Concomitantemente, as entidades que questionavam a representação do ANDES-SN em relação aos docentes de IES particulares voltaram a carga e retomaram o litígio.

No entanto, de forma inusitada, embora a contestação se referisse às particulares, a suspensão do registro referia-se à totalidade dos docentes, inclusive das instituições públicas. O sindicato, à medida que se consolidava a sua autonomia sindical, ganhou inimigos poderosos como a CUT, sobretudo após o sindicato ter se desligado da Central e, posteriormente aderido à CONLUTAS. Aliás, coube à CUT patrocinar a triste encenação para a criação de um novo sindicato de representação dos docentes das instituições públicas federais, de cúpula e sem representação de base.

Embora reconhecido e legitimado nacionalmente, o sindicato viveu momentos difíceis no enfrentamento ao cerco antidemocrático montado contra ele. Aqui, mesmo na UFJF, questionada na justiça a legalidade da adesão ao REUNI, APESJF viveu o dissabor de ter o processo arquivado, sob a alegação de que a entidade carecia de representação sindical. Típico exemplo de legalismo de clara intenção política visando anular a legitimidade inquestionável do sindicato e de sua seção sindical.

Finalmente, após muita mobilização e negociações junto ao MTE, o Registro foi publicado no DO dia 05/06/2009 entregue formalmente, ao ANDES-SN em 24/06. É total em relação aos docentes das instituições públicas e, parcial, em relação aos das particulares, cujas contestações estão por ser resolvidas judicialmente.

Desta longa história, salientamos alguns aspectos marcantes: 1º, o ANDES-SN tem como axioma básico a luta pela liberdade de organização sindical, portanto, coloca-se contrário à manutenção da Unicidade sindical que sufoca essa mesma liberdade de organização; 2º, o ANDES-SN nunca se dirigiu aos tribunais para sufocar outras organizações sindicais e ampliar sua base de representação, portanto, opõe-se a qualquer tentativa de impor qualquer organização sindical à base da categoria 3º, o ANDES-SN manterá a luta incontestada pela representação de todos os docentes do ensino superior porque a universidade, enquanto instituição, deve ser vista também como um todo, tanto no que diz respeito a sua problemática quanto às soluções estruturais pertinentes para atender às necessidades de todos os brasileiros.

Neste quadro, nada mais justo do que saudar a correção feita com a devolução do Registro do ANDES-SN. Fez-se justiça. Com certeza, isto não apaziguará, mas certamente implementará, a luta e a batalha do nosso sindicato por um novo projeto de sociedade participativa, democrática e fraterna. A história segue seu curso e registra a luta dos homens e o ANDES-SN é parte dessa trajetória. Disto, temos muito que nos orgulhar.

A Diretoria

## Fim do diploma de jornalista

Em uma charge, exposta na primeira página de um jornal de circulação nacional o apresentador anuncia: "Agora, falando da Faixa de Gaza, a nossa jornalista, a Mulher Melancia"

Por 8 votos a 1, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram em 17/06 que o diploma de jornalismo não é obrigatório para exercer a profissão. As universidades, onde a ética da profissão é debatida, ficam assim desvalorizadas, abrindo caminho para a precarização da profissão, com conseqüências para toda a sociedade.

Paralelamente a isso, em meio à crise do senado brasileiro, com atos secretos, nepotismo e diversas irregularidades, a direção da casa resolveu estabelecer o princípio da opacidade. A partir de agora, as perguntas dos jornalistas deverão ser enviadas com antecedência e formalizadas num ofício. Os senadores terão até cinco dias para responder. Assim, qualquer irregularidade, minimamente questionada, poderá ser escamoteada a tempo. Uma manobra muito pouco sutil. Institui-se, desse modo, a burocracia da informação. O simples ato de um questionamento levantado pela imprensa se transforma num trâmite. No lugar de resolver seus escândalos secretos, a direção da casa cria entraves para a imprensa dificultando as apurações.

Num cenário complexo, em que os fatos se sucedem de maneira vertiginosa, resta-nos pouco tempo ou espaço para a reflexão, mas basta um olhar para perceber que, ao mesmo tempo em que sociedade desregulamenta a profissão de jornalista, assistimos ao cercear das informações numa casa que deveria ser o exemplo da transparência, abrindo um precedente seríssimo que pode contaminar outras instituições da República. Ao mesmo tempo, abdica-se do rigor ético cobrado pelas faculdades, contribuindo para o arrefecimento da fiscalização sobre o poder público.

O fim do diploma parece vir na onda da flexibilização imposta à sociedade pelos agentes neoliberais, uma demanda cada vez mais ávida, que afeta a todos os setores da sociedade, incluindo aí o mercado financeiro e as leis trabalhistas.

Quais seriam as conseqüências para a sociedade? A imprensa atual, ainda que de maneira insatisfatória, ainda com todos os seus erros éticos, técnicos e políticos; ainda com os problemas da isenção, de sua promiscuidade com o mercado e com a espetacularização da notícia, tem cumprido vários papéis importantes na investigação de escândalos, nas denúncias e na fiscalização do poder público. Se a atual situação não nos parece satisfatória por estes e outros motivos, é possível pensar numa melhoria com o fim da exigência do diploma?

Uma imprensa que se pretende livre e colaboradora com a sociedade pode conviver sem a discussão ética realizada dentro das Universidades? A universidade pública brasileira, tão prejudicada pelas políticas neoliberais em curso sofre mais um golpe ao deixar de influir na formação ética dos jornalistas.

Configura-se assim mais um ataque ao controle público sobre a informação em prol das necessidades do mercado.

## Expediente

Travessia é uma publicação mensal da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - APESJF/SSind.

<b>Prof.º Dálvio Dias - Faculdade de Economia e Administração</b>	<b>Presidente</b>
<b>Prof.ª Ana Livia de Souza Coimbra - Faculdade de Serviço Social</b>	<b>Vice-Presidente</b>
<b>Prof.º Márcio Antônio de Oliveira - Aposentado</b>	<b>Secretário Geral</b>
<b>Prof.ª Alice Monteiro Mayer - Faculdade de Educação Física</b>	<b>1ª Secretária</b>
<b>Prof.ª Roselene Perlatto Bom Jardim - ICH</b>	<b>2ª Secretária</b>
<b>Prof.º Rubens Luiz Rodrigues - Faculdade de Educação</b>	<b>1º Tesoureiro</b>
<b>Prof.ª Maria de Fátima G.M.K. Patrício - C.A. João XXIII</b>	<b>2º Tesoureiro</b>

Redação e diagramação: Daniel Goulart / e projeto gráfico: Luiz Felipe Falcão /  
Jornalista responsável: Daniel Goulart - Reg. 6083 DRT MG / Tiragem 1000 exemplares  
/ Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900 Tel/Fax: (32) 3215-1286 /

# Governo empresta ao FMI e corta de áreas sociais

O governo emprestará US\$ 10 bilhões ao FMI, comprando parte dos US\$ 500 bilhões em títulos desta instituição, que serão emitidos para permitir que o Fundo possa continuar emprestando e impondo aos países as suas políticas que se mostraram falidas pela crise global, como as privatizações e os cortes de gastos sociais. Portanto, ser credor do Fundo significa pegar os recursos que faltam às urgentes demandas sociais brasileiras para aplicar e fortalecer as políticas comprovadamente equivocadas do FMI. Por

isso, ser credor do Fundo é a pior medida possível para enfrentar a crise. O Fundo estava à beira da falência antes da crise e o Brasil está cumprindo o vergonhoso papel de ressuscitar esta Instituição.

Na realidade, o governo já havia anunciado que emprestaria ao FMI, mas não havia divulgado o montante desse empréstimo. Esse anúncio de destinação de US\$ 10 bilhões ao FMI chega a ser uma infâmia, justamente quando o Brasil se encontra em recessão técnica, configurada pela queda do PIB também no 1º

trimestre de 2009, com sérios cortes de gastos sociais, queda da arrecadação tributária, sérios problemas sociais nos municípios, agravados por enchentes e estiagens, estudantes protestando em vários estados por melhorias na Educação, a saúde pública em péssima qualidade, a reforma agrária impedida de andar por falta de recursos, aposentados com seus reajustes mínimos vetados, funcionários públicos com seus reajustes ameaçados, dentre muitos outros problemas.

Fonte Andes.

## Demonstrativos de Receitas e Despesas

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS		DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS	
ABRIL 2009		MAIO 2009	
<b>RECEITAS</b>	<b>56.523,73</b>	<b>RECEITAS</b>	<b>54.510,12</b>
<b>FIXAS</b>	<b>54.719,25</b>	<b>FIXAS</b>	<b>53.914,71</b>
Contr. Dbs Sindicalizados	54.719,25	Contr. Dbs Sindicalizados	53.914,71
<b>VARIÁVEIS</b>	<b>1.804,48</b>	<b>VARIÁVEIS</b>	<b>595,41</b>
Mens Ch Apes	0,00	Mens Ch Apes	0,00
Patrocínio	0,00	Patrocínio	0,00
Outras Receitas	0,00	Outras Receitas	0,00
Rendimentos Financeiros	1.804,48	Rendimentos Financeiros	215,41
Taxa de Administração	0,00	Taxa de Administração	0,00
Aluguel	0,00	Aluguel	380,00
<b>RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS</b>	<b>0,00</b>
Venda Bem Ativo Permanente	0,00	Venda Bem Ativo Permanente	0,00
<b>RECUPERAÇÃO DE DESPESAS</b>	<b>0,00</b>	<b>RECUPERAÇÃO DE DESPESAS</b>	<b>0,00</b>
Bar Apes	0,00	Bar Apes	0,00
Recuperação Baile	0,00	Recuperação Baile	0,00
Recuperação Despesas	0,00	Recuperação Despesas	0,00
<b>DESPESAS</b>	<b>38.709,35</b>	<b>DESPESAS</b>	<b>42.192,78</b>
<b>RECURSOS HUMANOS</b>	<b>18.698,48</b>	<b>RECURSOS HUMANOS</b>	<b>19.821,07</b>
<b>EMPREGADOS COM VÍNCULO</b>	<b>12.701,37</b>	<b>EMPREGADOS COM VÍNCULO</b>	<b>13.890,65</b>
13º Salário	0,00	13º Salário	0,00
Anuênio	878,86	Anuênio	894,67
Assistência Médica	30,03	Assistência Médica	30,03
Curso	0,00	Família	132,20
Férias	2.995,61	Férias	2.819,34
Gratificação	668,59	Gratificação	724,45
PAT	502,40	PAT	1.065,00
Pis/s/ folha	93,73	Pis/s/ folha	122,98
Rescisões	0,00	Rescisões	0,00
Salários	7.115,97	Salários	7.635,40
Uniformes e Equip. Segurança	0,00	Uniformes e Equip. Segurança	0,00
Vale Transporte	430,18	Vale Transporte	406,78
<b>ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>4.330,91</b>	<b>ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>4.447,32</b>
F.G.T.S	982,71	F.G.T.S	965,79
INSS	3.348,20	INSS	3.480,53
<b>ASSESSORIAS</b>	<b>1.656,20</b>	<b>ASSESSORIAS</b>	<b>1.542,90</b>
Contábil	1.656,20	Contábil	1.542,90
Jurídica	0,00	Jurídica	0,00
<b>DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>
Impostos e Taxas	0,00	Impostos e Taxas	0,00
Iptu	0,00	Iptu	0,00
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>1.306,09</b>	<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>1.213,80</b>
Bancária	1.306,09	Bancária	1.213,80
Juros Passivos	0,00	Juros Passivos	0,00
<b>INFRAESTRUTURA DA SEÇÃO SIND</b>	<b>6.547,65</b>	<b>INFRAESTRUTURA DA SEÇÃO SIND</b>	<b>8.534,43</b>
Água Luz	0,00	Água Luz	231,15
Alimentação	309,36	Alimentação	81,14
Aluguel	0,00	Aluguel	0,00
Bêndes	0,00	Bêndes	0,00
Condomínio	463,35	Condomínio	248,35
Conservação e Reparos	490,00	Conservação e Reparos	0,00
Confirmação	0,00	Confirmação	0,00
Despesas Postais	0,00	Despesas Postais	1.491,50
Material de Consumo	394,26	Material de Consumo	88,49
Material de Escritório	0,00	Material de Escritório	126,20
Material de limpeza	118,99	Material de limpeza	73,67
Outras	1.021,27	Outras	670,23
Publicação	0,00	Publicação	0,00
Seguro	0,00	Seguro	0,00
Serv. Prest. Pessoa Jurídica	2.254,35	Serv. Prest. Pessoa Jurídica	4.274,35
Suprimentos p/ Informática	0,00	Suprimentos p/ Informática	0,00
Telefone/Fax/Internet	1.038,75	Telefone/Fax/Internet	1.016,23
Transporte	0,00	Transporte	15,50
Xerox	477,32	Xerox	217,62
<b>COMUNICAÇÃO E IMPRENSA</b>	<b>0,00</b>	<b>COMUNICAÇÃO E IMPRENSA</b>	<b>0,00</b>
Assinatura de Jornais/Revistas	0,00	Assinatura de Jornais/Revistas	0,00
<b>REPASSES</b>	<b>11.498,13</b>	<b>REPASSES</b>	<b>11.573,89</b>
Andes SN	10.814,31	Andes SN	10.887,88
Andes Mobilização	251,25	Andes Mobilização	250,50
Andes Solidariedade	432,57	Andes Solidariedade	435,51
Ratão Andes	0,00	Ratão Andes	0,00
<b>REUNÃO GTS</b>	<b>689,00</b>	<b>REUNÃO GTS</b>	<b>1.049,59</b>
Diárias	225,00	Diárias	0,00
Hôtel	242,00	Hôtel	0,00
Passagens	222,00	Passagens	1.049,59
<b>RESULTADO DOMÉIS</b>	<b>17.814,38</b>	<b>RESULTADO DOMÉIS</b>	<b>12.317,34</b>

## Informes

**Quatro mil servidores protestam contra privatização dos serviços públicos**

Os Servidores Públicos Federais atenderam ao chamado do Fórum Nacional contra o PLP 92 e foram às ruas, em 17/6, protestar contra o projeto que privatiza os serviços públicos, inclusive os essenciais. Em Brasília (DF), a passeata que ocupou a Esplanada dos Ministérios contou com a participação de 4 mil servidores, conforme cálculo dos organizadores, e 3 mil, segundo a Polícia Militar.

O ANDES-SN, como entidade integrante do Fórum Nacional de Lutas contra o PLP 92/07 – que autoriza o poder público a instituir as chamadas Fundações Estatais de Direito Privado –, participou das manifestações realizadas em Brasília, com o objetivo de barrar sua votação, na Câmara dos Deputados.

**O ANDES-SN pede a MPF investigação de convênio que beneficia presidente do Proifes**

O ANDES-SN solicitou, em 24/6, ao Ministério Público Federal – MPF a abertura de inquérito civil público para investigar o convênio firmado entre a Universidade Federal de São Carlos – UFSCar e o Ministério do Planejamento que estaria beneficiando diretamente o presidente do Proifes, Gil Vicente Reis de Figueiredo.

**Proposta de reforma universitária transforma educação em mercadoria**

A proposta de reforma universitária que a Câmara dos Deputados quer aprovar este ano, a qualquer custo, possui forte vertente privatizante e mercantil. Quem afirma é o 1º vice-presidente do ANDES-SN, Antônio Lisboa, que representou a entidade na audiência pública convocada para discutir o tema, em 30/6. "A proposta transforma de vez a educação em uma mera mercadoria", sintetiza

## Plano de Saúde prossegue em Negociação

A Diretoria da APESJF e a Comissão do Plano de Saúde estiveram reunidos com a UNIMED, dando continuidade às negociações para renovação do plano de saúde do sindicato.

Nova reunião está prevista para a primeira quinzena de agosto. O Plano de Saúde da APESJF/UNIMED tem demonstrado vigor e viabilidade para a categoria.



**Baile do Professor**

Com a Banda MOSAICO

17 de outubro às 23 horas na AABB

Reservas: (32) 3215-1286

# Ciclo de debates promoveu discussão sobre



Professor Bosi fala durante Ciclo de Debates



Professora Ana Livia coordenando os trabalhos



Ciclo teve bom comparecimento de docentes e estudantes



Seminário discutiu os efeitos da crise econômica

Fotos Danniell Goulart

A APESJF e o Comitê Central Popular promoveram, em 23 e 24/06, o Ciclo de Debates "Crise Capitalista e Trabalho Docente" com a participação de debatedores de de outras universidades e da UFJF, com o objetivo de refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelos professores e movimento social em geral, no atual contexto de crise econômica e das ameaças representadas por ela.

Na primeira noite, os professores Marcelo Dias Carcanholo - Professor da Universidade Federal Fluminense - e Valério Arcary - Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica São Paulo - traçaram uma análise do cenário econômico atual e suas conseqüências futuras.

Carcanholo relembrou que o capitalismo, ao longo de sua história, sempre apresentou períodos cíclicos de crescimento, os quais foram acelerados por

grandes bolhas, sempre seguidas de crises profundas. Na sequência sempre temos recessão e até mesmo depressão, devidas ao nível de desvalorização do chamado dinheiro fictício, ou seja, o capitalismo supera a circulação de valores, utilizando recursos monetários que não existem na realidade, mas apenas em projeções e especulações, o que causa uma grande retração subsequente.

Assim, segundo ele, a atual crise não é novidade, ou seja, era um fato já esperado. Nos últimos quatro anos, a economia mundial apresentou um grande crescimento, um cenário de otimismo em que a alta circulação de recursos e alto nível de investimentos possibilitaram resultados amplamente positivos em muitos países.

Com o estouro da bolha, o capitalismo busca novamente criar espaços de revalorização desse capital

fictício para que novas bolhas possam ser criadas. Segundo Carcanholo, as duas formas principais utilizadas para esta revalorização são a desregulamentação do mercado financeiro e a flexibilização das leis trabalhistas, o que poderia aumentar os níveis de mais-valia, e turbinar os lucros das empresas.

Carcanholo mostrou assim que o ataque aos direitos dos trabalhadores como estratégia capitalista pode fazer com que esta classe pague o preço da retomada do crescimento.

Arcary, partindo do raciocínio de Carcanholo, afirmou que ninguém sabe o montante atual do Capital Fictício no mercado e, para ele, a atual crise é maior do que parece, se assemelhando à depressão iniciada em 1929. Deste modo, todo o processo estaria apenas no início, ou seja, não há garantias de que o pior já passou.

## "O sistema de ensino superior brasileiro

No segundo dia de debates, os professores Antônio de Pádua Bosi - Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e Lourival Batista de Oliveira Júnior - Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora - deram seguimento à análise da crise mundial e seu efeitos sobre os docentes, a educação e os movimentos sociais.

O professor Lourival fez um resgate da desregulamentação que afetou o ensino superior nos anos 90, em que existia um sentimento de inevitabilidade das conseqüências da globalização sobre toda a sociedade, afetando significativamente a educação. Ele explicou que as reformas educacionais desta década foram baseadas na lógica da globalização financeira, o que é bem pior do que o conceito de globalização econômica.

Assim tais reformas tinham princípios baseados na competitividade, mais

utilizada em países do primeiro mundo, nos imperativos financeiros, em que o grande objetivo é cortar custos e maximizar os ganhos, muito utilizados em países do terceiro mundo e em princípios de equidade.

Munido de muitos números e estatísticas Lourival mostrou o significativo aumento do setor privado sobre o público na área da educação, que se deu, segundo ele, principalmente sob o governo Lula, após o processo de desregulamentação levado cabo por FHC.

O ensino superior, que é a faixa de educação mais lucrativa no Brasil, teve uma verdadeira invasão de instituições particulares que cresceram de 684 Instituições Privadas de Ensino Superior (IPES) em 1995 para 1208, em 2001, enquanto as federais cresceram de 57 para 67 no mesmo período. De acordo com os números do professor, entre 1994 e 2003,

o ensino superior privado teve um crescimento de 157%.

Fazendo uma conexão com a palestra do professor Lourival, o professor Bosi, afirmou que o ensino superior brasileiro é um sistema privatizado, bastando constatar que quase 80% das vagas ofertadas provêm das IPES.

O processo que levou a esta situação, data, segundo Bosi de 1964. Até então, os números do ensino público superavam os ensino privado.

A partir dos governos militares, tal movimento privatista veio se mantendo, inclusive nos governos civis, com aprofundamento nos anos FHC e manutenção no governo Lula.

Portando estatísticas o professor mostrou que o crescimento experimentado no ensino superior brasileiro, em sua esfera pública federal, nos anos 80 foi "raqüítico". Os números mostram um aumento sim,

# e a crise capitalista e o trabalho docente

Ele lembrou que nem mesmo as principais instituições que analisam e acompanham o desenvolvimento da economia mundial sabem precisar o tamanho do problema..

Arcary afirmou ainda que as esquerdas - que criticavam as políticas neoliberais dos anos 90 - subiram ao poder nos anos 2000, num movimento que varreu toda a América Latina.

Neste contexto, os movimentos sociais foram, de uma maneira geral cooptados por esses governos, num tipo de estatização dos movimentos sociais, onde burocratas sindicais se tornaram empregados do estado.

Em contraposição a isso, em todo o mundo, o movimento dos trabalhadores passa por uma reorganização, um rearranjo de forças, que vai estar na vanguarda da luta de classes.

## APESJF obtém vitória em ação contra Sulamérica

A APESJF obteve mais uma vitória na luta em defesa do direitos dos professores da UFJF. A ação impetrada pelo sindicato, em fevereiro de 2005, contra o Seguro Saúde Sulamérica, obteve vitória definitiva na justiça e agora os professores prejudicados poderão obter o ressarcimento dos prejuízos. Para isso, deverão deixar na sede do sindicato os documentos necessários (veja quadro).

No final de 2004, os médicos da rede credenciada pelo seguro, diante do impasse sobre o reajuste de serviços pagos pelo convênio, passaram a cobrar, diretamente dos segurados da APESJF, o pagamento das despesas

médicas realizadas. O reembolso dessas despesas foi feito apenas parcialmente pela seguradora, prejudicando muitos docentes e ferindo o contrato firmado entre a empresa e a APESJF.

A ação impetrada pelo sindicato pleiteava o reestabelecimento do ritmo normal dos procedimentos, ou seja, sem a cobrança direta aos associados e o reembolso dos valores pagos irregularmente.

Mesmo não havendo mais vínculo da Sulamérica com a APESJF, não podendo assim serem reestabelecidos os atendimentos normais, resta ainda o reembolso da diferença não paga.

Os professores que tiveram, na época, apenas reembolsos parciais pelos procedimentos médicos deverão apresentar

**Cópia das notas fiscais ou recibos fornecidos na época pelos médicos e instituições da rede credenciada**

**Cópia dos comprovantes dos valores efetivamente reembolsados pela Sul América Seguro Saúde.**

Vale ressaltar que os referidos documentos devem ser apresentados o mais rápido possível, a fim de que possam instruir a execução movida contra a citada seguradora.

## Em defesa das Casas de Parto

### é privatizado”

mas no setor público estadual, feito em instituições recém criadas, com estruturas precarizadas, muito longe do padrão desejável para as IES.

Bosi denunciou também o alto nível de precarização do trabalho docente dentro das IFES, feito principalmente pela intensificação dos programas de pós graduação, onde a cobrança por produtividade quantitativa pressiona os professores a “malabarismos” que afetam não apenas seu trabalho e a qualidade de seu ensino, pesquisa ou extensão, mas produzem, de maneira acentuada, níveis de estresse suficientes para afetar a saúde dos docentes.

Tal nível de cobrança quantitativa provém, segundo Bosi, da cópia do modelo americano de universidade em que o professor universitário se transforma em um empresário, em contato íntimo com o mercado.



**A APESJF participou do ato em prol da reabertura da Casa de Parto David Capistrano Filho, sediada em Realengo, Rio de Janeiro em 21/06. O ato convocado pela Abenfo, Associação Brasileira de Obstetrias e Enfermeiros Obstetras, cresceu em abrangência e se transformou num ato de defesa de todas as Casas de Parto do país, inclusive pela reabertura da Casa de Parto de Juiz de Fora.**

# MTE reestabelece registro sindical do ANDES-SN

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, e o secretário de Relações do Trabalho, Luiz Antônio de Medeiros Neto, receberam a diretoria do ANDES-SN, professores sindicalizados, parlamentares e representantes da Conlutas para a solenidade de assinatura de restabelecimento do registro sindical do ANDES-SN, realizada em 24/06, em Brasília. O ato coroou a luta vitoriosa do Sindicato Nacional, dos docentes e das entidades que o apoiaram na busca da reparação de uma arbitrariedade cometida em 2003 pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

Em seu discurso, Lupi afirmou que o MTE não fez nenhum favor ao ANDES-SN, e que o restabelecimento do registro foi um ato legal, institucional. "Esse ato teve o parecer favorável de uma consultoria jurídica de 16 advogados da Advocacia Geral da União AGU, que é um corpo técnico de excelência, referência nos 37 ministérios".

O ministro ainda afirmou ter plena consciência de que, apesar de ser um gesto simples, a reativação do registro foi um "ato profundamente justo e bem embasado".

O ministro afirmou ainda que "quem tem legitimidade não pode ser deslegitimado pela burocracia". "A burocracia não pode ser mais importante e poderosa do que a verdade. Tenho a consciência tranqüila de que este ato não está prejudicando absolutamente ninguém".

Ciro Correia, presidente do ANDES-SN, disse que o dia de hoje é uma data muito importante na história do Sindicato Nacional. "É a data que marca a reparação de uma arbitrariedade perpetrada em 2003, contra uma categoria que construiu sua história na defesa da educação pública enquanto direito de cidadania, desde os duros tempos da ditadura, e que continua a fazê-lo com a mesma determinação no tempo presente".

O presidente do Sindicato reconheceu que a reativação do registro sindical cujo ato foi publicado no Diário Oficial da União de 5/6/09 resultou do empenho do ministro, do secretário de Relações do Trabalho e do corpo técnico do MTE em cumprir com o compromisso assumido em novembro de 2008.

Ciro também reconheceu a importância

da atuação dos deputados à luta do Sindicato Nacional pela reparação da arbitrariedade cometida pelo Ministério em 2003, em especial o deputado Mauro Nazif (PSB-RO), que presidiu a subcomissão constituída no âmbito da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público CTASP da Câmara dos Deputados (intermediadora da negociação).

Para o MTE, a reativação do registro "contribuiu para avançarmos na necessária conquista da liberdade plena de organização sindical que ainda tem impedimentos devido à unicidade sindical e ao imposto sindical obrigatório".

Ele também deixou clara a expectativa de que "a respeitosa e profícua interlocução estabelecida com o Ministério" possa avançar para que a entidade represente também os docentes das instituições privadas de ensino superior que assim o quiserem. O ministro lembrou que esse direito já é, inclusive, objeto de decisões transitadas em julgado nas mais altas cortes do país (STJ e STF) durante os anos 90.


**Fonte ANDES**

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

## CERTIDÃO


O SECRETÁRIO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, no uso de suas atribuições, CERTIFICA para fins de direito que consta no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, o registro sindical, referente ao processo de nº 24000.001266/90-77, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES - SINDICATO NACIONAL, CNPJ: 00.676.296/0001-65, representando a categoria dos Docentes em ensino superior do setor público, vedada a representação da categoria dos docentes em ensino superior do setor privado, com abrangência nacional, concedido por despacho publicado no D.O.U. em 26.08.03, Seção I, pág. 55 e restabelecido no D.O.U. em 05.06.09, Seção I, pág. 165. Eu, Zilmara David de Alencar, Coordenadora-Geral de Registro Sindical, a conferi.

Brasília, 24 de junho de 2009.

  
LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS  
Secretário de Relações do Trabalho

A entidade está com suas informações atualizadas junto ao Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES/MTE, válidas até 26 de junho de 2010.

Certifico.  
Dou fé.

  
CARLOS LUPI  
Ministro do Trabalho e Emprego

## MEC propõe espécie de REUNI para os hospitais universitários

O Ministério da Educação - MEC criou, a exemplo do REUNI, o Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF, que prevê a contratação de 11 mil profissionais (médicos, enfermeiros e técnicos e auxiliares em enfermagem) e sugere uma mudança na forma do Ministério da Saúde financiar a rede, atualmente formada por 46 unidades hospitalares de diferentes portes.

Pesquisas realizadas pelo MEC para embasar o programa reforçaram a importância dos hospitais universitários para a rede pública de saúde do país, com seus 10.340 leitos em atividade. Somente em 2008, os HUs foram responsáveis por mais de 1 milhão de atendimentos de emergência, 402,8 mil

internações, 6,3 milhões de consultas e 20,8 milhões de procedimentos.

"O movimento docente, há anos, vem denunciando o sucateamento dos HUs, principalmente considerando que alguns deles são os únicos hospitais públicos da região em que se localizam. Por isso, vamos analisar este projeto e verificar se a proposta contempla as reais necessidades da rede, que incluem também a boa formação de profissionais da área de saúde. Nossa preocupação é evitar que, tal como no REUNI, as contratações previstas pelo REHUF precarizem ainda mais o trabalho docente e afetem a qualidade do ensino oferecido nessas unidades", afirma a secretária-geral do ANDES-SN, Solange Bretas.

**Fonte ANDES**



Solenidade de entrega do registro sindical

# Sindicato levou a luta para vias legais e políticas



O ANDES lutou em várias frentes visando a recuperação do registro

**O ANDES-Sindicato Nacional promove 54º CONAD no período de 16 a 19 de julho de 2009, na cidade de Curitiba - PR, sediado pela SINDUTF-PR, com o tema central: “Unir os trabalhadores para enfrentar a crise, defender a educação pública e os direitos sociais”.**

**O delegado indicado na assembléia da APESJF de 22/06, é o professor Márcio Antônio de Oliveira. As professoras Girlene Alves e Ana Livia Coimbra foram indicadas como suplente-observadores.**

**O CONAD acontece duas vezes ao ano com o objetivo atualizar o Plano de Lutas da categoria, o qual é definido no Congresso anual do sindicato e serve também para analisar as contas do ANDES-SN.**



Na solenidade que restituiu o registro sindical do ANDES, o deputado Mauro Nazif afirmou que “é uma alegria presenciar esse ato que dá novamente ao ANDES-SN o direito de ter seu registro [sindical], principalmente porque sabemos das pressões que o Ministério vem sofrendo para que essa solenidade não acontecesse. Sem registro, uma entidade fica a deriva”.

O deputado destacou o trabalho incansável da diretoria do ANDES-SN, que nos últimos meses buscou por todos os meios legais e politicamente legítimos negociar a reparação da suspensão arbitrária do registro sindical da entidade pelo MTE em 2003. “Destaco principalmente o trabalho do presidente do Sindicato, Ciro Correia, com quem dividi momentos de frustração. Chegamos até a cogitar a idéia de que não daria mais para avançar, mesmo assim, não nos deixamos vencer pelo desânimo e continuamos o trabalho. E mesmo que não tenhamos alcançado o resultado realmente desejado, o momento é de comemorar”.

Nazif também registrou o apoio importante dos deputados Vicentinho (PT-SP) e Paulo Rocha (PT-PA) na subcomissão.

O deputado Ivan Valente (PSOL-SP) lembrou que acompanha a trajetória do ANDES-SN “há muito tempo”. “Fui da comissão de Educação da Assembléia Legislativa de São Paulo durante oito anos e também estou na Comissão de Educação da Câmara nos últimos anos. Acompanhei particularmente três grandes greves do movimento docente, as

lutas quase épicas de 99, 2001 e 2005, e posso dizer que os professores ligados ao ANDES-SN são os grandes responsáveis pela não privatização do ensino superior público desse país, e pela manutenção de um padrão mínimo de qualidade contra todas as tentativas de sucateamento.”

Valente também classificou a suspensão do registro, em 2003, como “uma grande arbitrariedade”. “Essa reparação tem um peso simbólico muito grande, e quero parabenizá-lo, ministro Lupi, pela ousadia em vencer resistências, principalmente sabendo que há tensões e pressões que não legítimas reivindicando a carta sindical na direção do movimento docente. Então, é importante ver quem tem legitimidade, acúmulo político e social para ser representativo de uma categoria e da defesa do ensino superior público”. O deputado também parabenizou o colega Mauro Nazif, em nome da subcomissão que apoiou a luta do Sindicato Nacional, pelo sucesso obtido.

Zé Maria, da Conlutas, registrou seu reconhecimento pelo acerto do MTE. “Tanto o senhor, ministro, quando o secretário Medeiros, cumpriram o compromisso assumido com o ANDES-SN logo após o ato realizado no dia 11 de novembro, aqui em Brasília, sem fazer nenhum favor ao ANDES-SN, cumprindo as regras do ministério. Sabendo como funciona o movimento sindical e a política nesse país, reconhecemos que o gesto do restabelecimento do registro sindical tem ainda mais valor”. *Fonte ANDES*

# Por que acreditar e defender o Sistema Único de Saúde?

**Profª Girlene Alves da Silva - Faculdade de Enfermagem da UFJF**

O SUS é o efeito de um movimento reivindicatório organizado e crítico. É uma das maiores conquistas da sociedade brasileira.

Ao falarmos do SUS, é necessário dizer que a partir de 1988, quando na constituição cidadã foi incluído o capítulo que trata da saúde, havia o respaldo dos inúmeros debates travados nas conferências de saúde, em especial a oitava, que pressionaram os constituintes visando assegurar a saúde como um direito imprescritível de todos os cidadãos e um dever do estado. A regulamentação do SUS por meio da Lei 8.080/90 veio possibilitar ao povo brasileiro a efetivação dessa conquista.

Ao longo de sua história, o SUS tem encontrado seus críticos, mas também tem arregimentado, cada vez mais, defensores sinceros e corajosos no exercício contínuo de fazer valer esses direitos. Um dos motivos para essa adesão entusiasmada está no fato de que, apesar das dificuldades impostas nas últimas décadas pelos ajustes restritivos da política econômica neoliberal, como política pública o SUS tem sido uma estratégia bem sucedida na redução das desigualdades sociais no Brasil.

Estamos falando de um sistema que deve integrar esforços administrativos e financeiros estaduais, municipais e federais para o efetivo acesso de todos aos serviços de saúde de maneira igualitária, equânime e integral sem abrir mão da participação popular. Estamos falando de um sistema do qual 70% da população brasileira dele depende exclusivamente para ter suas necessidades de saúde atendidas.

É oportuno considerar que o SUS tem sua lógica de atendimento nos três níveis de atenção, o que na prática significa que é um sistema que se preocupa desde os procedimentos básicos aos mais complexos. Vale destacar ainda que, mesmo com um considerável número de entraves postos para o SUS, o sistema, no ano de 2008, beneficiou 190 milhões de pessoas. Esses números podem surpreender se considerarmos que, em 1988, não contávamos com a obrigatoriedade do Estado como responsável pela saúde de todos e, neste caso, somente 30 mil pessoas foram beneficiadas com os atendimentos públicos.

Além disto, os múltiplos serviços ofertados pelo SUS demonstram a sua crescente importância para os brasileiros: a realização dos diversos transplantes, a cobertura feita pelo programa da saúde da família, hoje com 28.100 equipes, a cobertura de saúde bucal, expansão do atendimento nos hospitais e ambulatórios, o aumento de pacientes em terapias com anti-retrovirais, o fornecimento de medicamentos essenciais, a redução da mortalidade infantil com o incremento de políticas focalizadas, por exemplo, o programa nacional de imunização, o estímulo à pesquisa na área, sobretudo de produção de medicamentos, e que articulados com outros fatores têm contribuído também para aumentar a expectativa de vida.

No entanto, ainda precisamos avançar para alcançar a universalidade, a equidade e a integralidade das ações da saúde. Precisamos melhorar a qualidade dos serviços ofertados, profissionais são necessários, cada vez mais, em quantidade e qualidade, para enfrentar as mudanças de morbimortalidade do país. Não é demais reafirmar que o financiamento total do SUS vem sempre condicionado aos percalços da política macroeconômica restritiva, com tentativas de redução dos gastos do setor saúde, o que impede a realização efetiva desse direito.

É preciso ainda destacar que, na prática, a participação popular precisa superar suas dificuldades para melhorar sua ação nos mecanismos de controle social. Encontramos ainda a

insistência em não legitimar a participação popular, irregularidades na composição dos conselhos, a desarticulação dos conselhos com a sociedade e, em algumas situações, a falta de conhecimento de gestores e conselheiros quanto à legislação e aos princípios do SUS em relação aos cidadãos e aos serviços de saúde. Isto tem que mudar, pois o controle social dos serviços de saúde representa dentro do SUS um momento de amadurecimento da sociedade organizada que busca um real poder da população em reorientar os planos e programas de saúde. Afinal, é esta mesma população que sustenta a riqueza nacional, tanto no pagamento de impostos quanto no trabalho árduo do dia-a-dia.

É necessária e urgente a ampliação dos gastos públicos, bem como o aumento da capacidade do governo de intervir e possibilitar reformas organizacionais para tornar o direito de todos à saúde uma realidade. No entanto, para alcançarmos os níveis de saúde desejados, as ações precisam ultrapassar o setor saúde e envolver outras áreas tão comprometidas com as necessidades sociais e com os direitos dos cidadãos, como a previdência social, educação, segurança alimentar, emprego e renda, assistência social e meio ambiente. Vamos juntar forças para atingir esse objetivo. Aí, sim, poderemos dizer que estamos construindo uma nação democrática, mais humana e pertencente a todos nós.



## Errata

Por um erro de diagramação no último TRAVESSIA, o artigo "A Criminalização dos Movimentos Sociais no Brasil" não foi creditado. O texto foi escrito pela professora Cristina Simões Bezerra, da Faculdade de Serviço Social